

O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística

Leolíbia Luana Linden

Doutoranda; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil;
leolibialuana@gmail.com

Marisa Bräscher

Doutora; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil;
marisa.brascher@ufsc.br

Resumo: O estudo analisa Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística desenvolvidos em diferentes países, a fim de verificar a descrição de conteúdo nestes documentos. Trata das vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental, assim como seus respectivos objetos: produtos, instrumentos e processos. Apresenta correntes teóricas do pensamento arquivístico: tradicional, *records management* e integrada, assim como, discorre sobre o histórico da descrição arquivística e o desenvolvimento de manuais, normas e orientações que foram criadas na intenção de padronizar o processo de descrição arquivística. Realiza levantamento de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística em diferentes países, tendo sido coletados e caracterizados 12 que se apresentam em línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Dentre esses, foram selecionados oito Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística que contemplam a descrição de conteúdo em sua estrutura, possibilitando, assim, a análise da existência ou não de características das vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação e a identificação dos aspectos indicados pela literatura da área de TTI: processos, produtos e instrumentos. Conclui-se que documentos de arquivo apresentam características específicas que precisam ser analisadas de forma diferente dos bibliográficos. No entanto, é possível estabelecer diálogo entre as áreas de Tratamento Temático da Informação e Arquivologia, visando à melhoria do acesso à informação. Contribui-se com a transposição desses conceitos e teorias, oriundos da Ciência da Informação, ao contexto do documento de arquivo e com as discussões acerca do desenvolvimento teórico e prático do Tratamento Temático da Informação na Arquivologia.

Palavras-chave: Descrição arquivística. Tratamento temático da informação. Instrumentos normativos de descrição arquivística. Arquivologia.

1 INTRODUÇÃO

Para que seja possível viabilizar o acesso e a consulta aos arquivos, é importante que o usuário conheça a estrutura lógica em que o acervo está organizado. Entre as atividades intelectuais que compõem essa estrutura está a descrição arquivística, responsável por apresentar o acervo por meio da criação de representações que evidenciam seu contexto e seu conteúdo. Portanto, a atividade de descrição é fundamental para conhecer e compreender o acervo e possibilitar ao usuário encontrar a informação desejada.

Sem perder o foco no controle da documentação, observa-se que a descrição arquivística tem evoluído e possibilitado a recuperação da informação. Com o uso dos sistemas de informação automatizados tem-se, ainda, a perspectiva da recuperação por assunto.

Para Ribeiro (1996, p. 9) “No campo da arquivística as técnicas de tratamento documental não estão ainda devidamente aprofundadas [...]”. Ainda, segundo Ribeiro, a questão da representação do assunto dos documentos não é tão discutida na Arquivologia como na Ciência da Informação e na Biblioteconomia. Nessas áreas, conforme revela Guimarães (2009, p.106), o Tratamento Temático da Informação (TTI) sustenta-se em diferentes correntes teóricas, o que revela a existência da discussão sobre esse tema.

Na área de Organização do Conhecimento e Ciência da Informação, o TTI concentra-se nas questões relacionadas à “[...] análise, descrição, e representação do conteúdo dos documentos bem como suas inevitáveis interfaces com as teorias e sistemas de armazenamento e recuperação da informação.” (BARITÉ, 1998, p. 124).

A pesquisa que origina este artigo parte da seguinte questão: como é abordada a descrição de conteúdo em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística (INDA) de diferentes países? Para respondê-la, foi estabelecido como objetivo geral: analisar INDA desenvolvidos em diferentes países, com foco na descrição de conteúdo e nas características das vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação¹. Os INDA são compreendidos como normas, adaptações ou orientações que regulam a padronização da descrição arquivística em determinada região ou país.

Como objetivos específicos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, temos:

- a) descrever os INDA de diferentes países, em relação à sua estrutura e características;
- b) caracterizar as vertentes teóricas do TTI;
- c) e identificar nos INDA as características das vertentes teóricas do TTI.

Dessa forma, essa pesquisa aborda aspectos gerais da área do TTI e da Descrição Arquivística. Em um segundo momento, apresenta as características dos INDA, fazendo uma análise das vertentes teóricas da TTI nos INDA.

2 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO

Inicialmente, o termo Organização do Conhecimento (OC) foi utilizado por Henry Evelyn Bliss, que também concebeu a OC como um campo autônomo, por meio de suas obras *The Organization of Knowledge and the System of Sciences* (1929) e *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books* (1933) (DAHLBERG, 1995, p. 10). Mais tarde, os estudos de Soergel e Dahlberg trataram das bases teóricas da área, abordando a associação da organização do conhecimento com a documentação, essa dimensão científica resultou na criação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) (GUIMARÃES, 2017)

Barité (2001, p.41), em uma visão mais ampla descreve que:

O objeto de estudo da Organização do conhecimento é – a nosso juízo – o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, traz metodologias de uso e recuperação por linguagem natural.

Dahlberg (1993) afirma que OC é a ciência que sistematiza conceitos de acordo com suas características. Dessa forma, a autora defende que a Teoria do Conceito seria o pressuposto mais importante da fundamentação teórica da OC,

uma vez que ela se sistematiza segundo unidades do conhecimento (conceitos) e seus elementos de conhecimento (características).

Bräscher e Café definem:

Delineamos a **organização do conhecimento** como o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 8, grifo nosso).

Para as autoras supracitadas, a Organização da Informação (OI) é percebida como um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos documentos e tem como produto a representação da informação, que são os elementos descritivos de um objeto. Lima e Álvares (2012) afirmam que o principal objetivo da OI é possibilitar a recuperação e o acesso à informação por meio da estruturação dos elementos de organização do conhecimento.

Na visão de Guimarães (2009, p.106), observa-se o destaque dado ao contexto e o entendimento de que a organização se dá a partir do conhecimento socializado:

[...] a organização da informação deve ser entendida como um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado (que, por sua vez, é um produto social e tem uma utilidade social e individual), os quais variam em virtude dos contextos em que são produzidos ou os fins a que se destinam, pois é a partir destes que se desenvolvem os parâmetros de organização.

Como resultado desses processos, temos dois tipos distintos de representação: a Representação do Conhecimento (RC) e a Representação da Informação (RI), respectivamente.

A RC materializa-se nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) que são desenvolvidos para auxiliar nos procedimentos de gestão e recuperação do conhecimento registrado, como por exemplo, tesouros, ontologias e demais tentativas de controle de vocabulário. Assim, os SOC

passam a se tornar um meio de interface comunicativa entre produtores e utilizadores da informação (AGUIAR; KOBASHI, 2013).

Para que seja possível representar a informação, é necessário realizar a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. A descrição física concentra-se no suporte da informação, enquanto a descrição de conteúdo volta-se para o conhecimento registrado nesse suporte. Como resultado desses processos de descrição, temos a representação da informação (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008).

Para Guinchat e Menou (1994), a descrição física está relacionada à composição material de um documento, de acordo com aspectos como paginação, formato, tamanho, existência de ilustrações, bibliografia, entre outros itens. Já a descrição de conteúdo trata das operações que descrevem os assuntos de determinado documento na intenção de informar o usuário e recuperar facilmente tais informações.

Dias e Naves (2007, p. 17) abordam o termo tratamento da informação e o definem de maneira mais ampla, sendo

[...] expressão que engloba todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos a: a) descrição física e temática dos documentos numa biblioteca ou sistema de recuperação da informação; b) desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) a serem utilizados nessas descrições; e c) concepção/implantação de estruturas físicas ou bases de dados destinadas ao armazenamento dos documentos e de seus simulacros (fichas, registros eletrônicos, etc.). Compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como especialidades delas derivadas, ou terminologias novas nelas aplicadas, tais como metadados, e ontologias, entre outras.

Os estudos inaugurados por Anthony Charles Foskett, na década de 1970, por meio de sua obra intitulada *Subject approach to information*, evidenciaram a percepção da descrição física e da descrição de conteúdo e, com isso, sistematizaram as práticas profissionais acerca do Tratamento Temático da Informação no ciclo documentário (GUIMARÃES, 2009).

Barité (1997) afirma que o TTI tem por objeto os aspectos vinculados à análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos, bem como suas

inevitáveis interfaces com as teorias e sistemas de armazenamento e recuperação da informação.

Dessa forma, Guimarães (2009) sistematiza as vertentes do TTI, caracterizando suas diferenças no que diz respeito aos seus enfoques e resultados:

Esse universo, por sua vez, apresenta-se, na literatura especializada, sob três vertentes teóricas, nomeadamente: a **catalogação de assunto** (subject cataloguing) de matriz norte-americana, a **indexação** (indexing) de matriz inglesa e a **análise documental** (analyse documentaire), de matriz francesa. (GUIMARÃES, 2009, p. 106).

A catalogação de assuntos, de vertente estadunidense, desenvolveu-se sob influência da Escola de Chicago, decorrendo dos princípios da catalogação alfabética de Cutter e pela prática de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress* (GUIMARÃES, 2009). Esta vertente tem como objetivo principal a geração de produtos para bibliotecas como listas de cabeçalho e catálogos que têm a função de [...] possibilitar ao usuário identificar documentos sobre um determinado assunto [...]”. (COATES, 1988, p. 19).

A vertente inglesa, a indexação, parte não apenas das bibliotecas, mas também de centros de documentação, e entende que a indexação é um processo necessário para estabelecer os termos de representação e viabilizar a criação dos instrumentos de pesquisa ou simplesmente produtos. Para tanto, faz uso de linguagens documentais, com a função de padronizar a representação dos assuntos (GUIMARÃES, 2009).

Para Batley (2005), o responsável por determinar os termos de indexação precisa conhecer muito bem não só o assunto sobre o qual o documento trata, assim como conhecer as necessidades dos usuários que irão consumir determinada informação.

A análise documentária, de vertente francesa, tem a preocupação de desenvolver referenciais teóricos para o processo de TTI, ou seja, centra-se na tentativa de desenvolver a identificação de conceitos que possam representar e, posteriormente, auxiliar no processo de geração de produtos. (GUIMARÃES, 2009).

Nesse sentido, Chaumier (1982, p. 27) afirma que “A análise documental abrange dois tipos de tratamentos diferentes: a condensação, que se vale de uma redução do texto para fins de difusão da informação, e a indexação que se vale da extração de conceitos [...]”. Observa-se, portanto, que a análise documentária preocupa-se com o desenvolvimento de teorias e métodos para organizar a informação.

Guimarães (2009, p. 111) considera que as três concepções se complementam por meio de vias diferentes: catalogação de assuntos com o desenvolvimento de alguns produtos; indexação na criação de instrumentos; e análise documentária no avanço de determinados processos. Com isso, tentam alcançar o mesmo objetivo que é viabilizar a recuperação da informação.

Para efeitos desta pesquisa, concordamos com Guimarães (2009) no entendimento de que, por conta de seus distintos objetos, as três vertentes teóricas analisadas apresentam nomenclaturas diferentes para fenômenos semelhantes e complementares, tanto teórica quanto historicamente. Assim, assume-se que as três vertentes apresentam características complementares e essenciais para o desenvolvimento das atividades do TTI.

Nesta pesquisa, considera-se que a descrição arquivística pressupõe um trabalho de cunho intelectual de representação da informação, embora, essa ainda não seja uma questão muito explorada no meio arquivístico (RODRIGUES, 2003). Portanto, a próxima seção do texto trata de caracterizar as correntes do pensamento arquivístico, a descrição arquivística e os INDA desenvolvidos pela comunidade arquivística em diferentes países.

3 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O ano de 1789 marcou o início da Idade Contemporânea com a Revolução Francesa que, por sua vez, suscitou as discussões acerca dos princípios de responsabilidade e garantia de direitos perante os cidadãos, após inúmeras mudanças administrativas, políticas e culturais. Nesse contexto, o documento passa a ser considerado uma forma de assegurar os direitos dos cidadãos na atuação do Estado, e essa conscientização é adquirida com a constituição do

Arquivo Nacional da França que serviria como um depósito de documentos que atestasse as relações do Estado com os cidadãos. Surge, dessa maneira, o primeiro Arquivo Nacional do mundo, durante a Assembleia Nacional Francesa, em 1789 (SCHELLENBERG, 1980)

O Manual para a Organização e Descrição dos Arquivos ou Manual dos Arquivistas Holandeses, como é conhecido no Brasil, foi publicado pelos arquivistas Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin no ano de 1898. O Manual dos Arquivistas Holandeses trata pela primeira vez do princípio da proveniência como a manutenção da integridade do arquivo, o que dá origem ao princípio de respeito aos fundos (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973).

Em 1922, o inglês Hilary Jenkinson registra em *A manual of archive administration* as teorias e práticas de arquivo de acordo com suas experiências. Jenkinson enfatizou o trabalho do arquivista como guardião de evidências, com a finalidade de tornar o trabalho de outras pessoas possível. Para Cook (1997), o acúmulo de documentos gerados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), além de documentos produzidos durante a Idade Média, possibilitou uma visão diferente daquela partilhada pelos arquivistas holandeses em relação ao arquivo.

Ainda de acordo com Cook (1997), Jenkinson preocupou-se em estudar o valor dos documentos de ordem administrativa e, posteriormente, documentos de valor de prova, enfatizando as características de organicidade, imparcialidade, unicidade e autenticidade. Dessa forma, Jenkinson despertou o interesse sobre os problemas de avaliação documental, que serviu como insumo necessário às teorias norte-americanas relacionadas ao ciclo de vida dos documentos.

Esses aspectos dizem respeito à corrente de pensamento arquivístico tradicional que, segundo Lopes (2009), vinculam-se diretamente aos arquivos permanentes em questões de ordem teórica e prática.

Em 1934, é criado o *National Archives* nos Estados Unidos, por consequência de situações de sinistros na documentação e influência da Associação Histórica Americana (SCHELLENBERG, 1980).

[...] os Arquivos Nacionais assumiram a responsabilidade por 10 milhões de metros cúbicos de documentos que haviam sido acumulados durante um período de 150 anos. Além disso, programas iniciados durante a Grande Depressão resultaram em uma expansão dos serviços governamentais e em um aumento no volume de documentos [...] (STAPLETON, 1983, p. 76, tradução nossa).

Dessa forma, após sua criação, o *National Archives* mantinha sob custódia uma massa documental significativa e ainda crescente que precisava ser organizada. Posteriormente, em um cenário pós Segunda Guerra Mundial, o historiador Theodore Roosevelt Schellenberg inclui os conceitos de valor primário, valor secundário e de avaliação documental em *Modern archives: principles and techniques*, publicado em 1956.

A partir dessa visão, surge o termo *record management*, em português gestão de documentos, amparado em legislação arquivística norte-americana, indo ao encontro das ideias de Schellenberg, que englobam:

[...] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do governo federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências. (FONSECA, 2005, p. 44).

Assim, é possível perceber uma significativa ruptura na maneira de perceber a arquivologia que, segundo Lopes (2009), pode ser identificada como uma nova corrente do pensamento arquivístico chamada *record management*. Tal corrente preocupa-se, sobretudo com os documentos administrativos. Surgem, ainda, os programas de gerenciamento de documentos, o que potencializa uma mudança de conceitos e métodos.

A partir das revoluções tecnológicas e sociais na década de 1980, começa a ser discutida a inclusão da arquivística na área da ciência da informação (RIBEIRO, 2011). Em 1982, Carol Couture e Jean-Yves Rosseau publicaram *Les archives au XX siècle*, em que é proposta uma arquivística preocupada em integrar tanto as preocupações do arquivo permanente, quanto as atribuídas ao arquivo administrativo:

[...] garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

Para Lopes (2009), essa seria a terceira corrente do pensamento arquivístico, chamada integrada. De acordo com a perspectiva da arquivística integrada, devem-se agrupar os princípios, as normas e as técnicas que caracterizam suas funções em gestão de arquivos, preocupando-se com o tratamento do conjunto do ciclo de vida dos documentos. No Quadro 1, estão sistematizadas as informações sobre as três correntes do pensamento arquivístico abordadas neste trabalho.

Quadro 1 - Características das correntes arquivísticas

CORRENTES ARQUIVÍSTICAS	CARACTERÍSTICAS
Tradicional	<ul style="list-style-type: none"> • Origem francesa, italiana e espanhola; • Ênfase em arquivos permanentes; • Arquivística como um conjunto de atividades, não como ciência independente.
<i>Records Management</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Origem norte-americana; • Ênfase em arquivos intermediários; • Domínio empírico sobre a prática nos arquivos.
Integrada	<ul style="list-style-type: none"> • Origem quebequense (Canadá); • Ênfase no ciclo completo da vida dos documentos; • Propõe a transformação da arquivística em uma disciplina científica aberta à pesquisa e a redefinição de conceitos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Lopes (2009), Bellotto (2006) e Rousseau e Couture (1998).

A pesquisa realizada leva em conta a perspectiva da arquivística integrada e visa discutir, no contexto da função de descrição arquivística, a tarefa de descrição de conteúdo. Observa-se, no entanto, a necessidade de cautela na transposição de conceitos, uma vez que as características do documento arquivístico devem ser respeitadas.

Os primeiros registros conhecidos de descrição arquivística foram encontrados em Nuzi, na Assíria, em 1500 a.C., registrados em argila com formato de um repertório de documentos. Esses registros não tinham por objetivo orientar em pesquisas ou controlar diferentes grupos de arquivos, mas sim responder às finalidades administrativas, prescindir da consulta direta aos documentos e facilitar o deslocamento repentino em caso de guerras ou sinistros. (DURANTI, 1993).

Mais tarde, no século XIII, foi desenvolvido um método de descrição que tinha objetivos jurídico e administrativo: fornecer provas da existência dos documentos e manter o controle, de maneira a facilitar a obtenção dos documentos para negociações. Em seguida, a Idade Média trouxe uma concepção preocupada em garantir que os arquivos tivessem a responsabilidade de perpetuar as memórias, entendendo que os documentos preservados em arquivo seriam a prova autêntica e permanente de ações passadas. (DURANTI, 1993).

Agregado à preservação da memória, o conceito de descrição arquivística desenvolveu-se sob influências de princípios de proveniência e ordem original, integrando as atividades de classificação e descrição. Com isso, diferentes instrumentos de pesquisa foram gerados para facilitar o manuseio e a recuperação dos documentos de arquivo. (DURANTI, 1993).

Percebe-se, então, que, a princípio, a descrição arquivística tinha como objetivo o controle dos documentos do arquivo. Posteriormente, quando a classificação já era considerada uma atividade integrada à descrição, foram aplicadas as noções de pesquisa e recuperação de documentos.

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Descrição Arquivística é o “Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 67).

Portanto, a descrição arquivística pode ser considerada como a criação de representações para a informação arquivística, que tem como objetivo principal:

[...] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na, ou antes, da produção dos documentos e continuam durante sua vida. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Herrera (1991, p.300) define que “A descrição é a ponte que liga o documento com os usuários [...]”, com essa analogia a autora traz a perspectiva de que por meio da descrição arquivística é possível conhecer o conteúdo de um arquivo e, assim, tornar possível ao usuário desenvolver suas pesquisas.

Em 1989, foi criada uma comissão com representantes de vários países, por meio do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), para realizar a tarefa de estabelecer padrões para a descrição arquivística. Em 1994, obtém-se o resultado dos estudos realizados por essa comissão com a publicação da ISAD(G) que pode ser aplicada a documentos de qualquer suporte. Em 1996, foi lançada a ISAAR(CPF) que estabelece regras gerais para a descrição arquivística de instituições ou entidades que produzem os documentos. Dessa forma as duas normas se complementam.

Antes mesmo dos esforços para a criação de normas internacionais de descrição arquivística, já existiam países que contavam com sua norma de descrição nacional.

[...] impacto das novas tecnologias, em especial os computadores, que possibilitaram a troca de informações por meio de redes nacionais e internacionais. Para se beneficiar destes recursos, a comunidade arquivística teve de desenvolver o aspecto de comunicação do conhecimento, até então não especialmente desenvolvido. (HAGEN, 1998, p.4).

Essa realidade tornou essencial para a arquivologia frente às diferentes discussões acerca da padronização da descrição arquivística e a reafirmação de seus conceitos enquanto Ciência.

4 METODOLOGIA

É no contexto da Arquivologia que se discute neste trabalho o TTI. Do ponto de vista da abordagem metodológica, essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa por estar relacionada à análises e interpretações de abordagens teóricas, que possam contribuir com o desenvolvimento dessa pesquisa.

Conforme objetivo, a pesquisa classifica-se como exploratória, pois busca analisar as características do TTI em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística.

Além disso, ela caracteriza-se como uma pesquisa documental pois “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (LAKATOS; MARCONI, 2009, p. 174). Os documentos, em nossa pesquisa, são os Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística, compreendidos como normas, adaptações ou orientações que regulem a padronização da descrição arquivística de documentos em uma determinada região ou país.

Os INDA foram pesquisados nos respectivos *websites* de arquivos nacionais e no *website* do *International Council on Archives* (ICA). Além desse levantamento propriamente dito, houve casos em que se atestou a existência do Instrumento Normativo citado na literatura da área. Contudo, por vezes, o site do respectivo arquivo nacional não disponibiliza o documento e a pesquisa foi realizada diretamente na Web. Quando o Instrumento Normativo não é disponibilizado de maneira gratuita, o acesso é possível por meio de pesquisas feitas no Arquivo Nacional (BR) e na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Conforme Quadro 2, no âmbito desta pesquisa, foram coletados e caracterizados 12 INDA que se apresentam em língua portuguesa, espanhola e inglesa, tendo sido analisada sempre a última edição do documento publicada até a data da coleta de dados da pesquisa (25 de novembro de 2016).

Quadro 2 - Levantamento de instrumentos normativos de descrição arquivística

INSTRUMENTO NORMATIVO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	PAÍS	ANO
1. Handlciding vocr het ordenen en beschrijven van Archieven	Holanda	1898
2. Manual of Archival Description (MAD)	Reino Unido	1986
3. Rules for Archival Description (RAD)	Canadá	1990
4. General International Standard Archival Description (ISAD G)	Internacional	1994
5. Manual de Descripción Multinivel (MDM)	Castela e Leão, Espanha	2000
6. Describing Archives: a Content Standart (DACS)	EUA	2004
7. Norma Española de Descripción Archivística (NEDA)	Espanha	2005
8. Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)	Brasil	2006
9. Norma Gallega de Descripción Arquivística (NOGADA)	Galícia, Espanha	2006
10. Norma de Descripción Arxivística de Catalunya (NODAC)	Cataluña, Espanha	2007
11. Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)	Portugal	2011
12. Norma Uruguayaya de Descripción Archivística (NUDA)	Uruguai	2012

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como parte integrante da pesquisa, dentre esses 12 INDA, foram selecionados aqueles que contemplam a descrição de conteúdo em sua estrutura, possibilitando a análise da existência ou não de características das vertentes teóricas do TTI (GUIMARÃES, 2009). Os oito INDA selecionados estão identificados no Quadro 3.

Quadro 3 - Levantamento de instrumentos normativos de descrição arquivística

INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	ANO	PAÍS
1. <i>Manual of Archival Description</i> (MAD)	1986	Reino Unido
2. <i>Rules for Archival Description</i> (RAD)	1990	Canadá
3. <i>General International Standard Archival Description</i> (ISAD G)	1994	Internacional
4. <i>Describing Archives: a Content Standart</i> (DACS)	2004	EUA
5. <i>Norma Española de Descripción Archivística</i> (NEDA)	2005	Espanha
6. Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)	2006	Brasil
7. Orientações para a descrição arquivística (ODA)	2011	Portugal
8. <i>Norma Uruguayaya de Descripción Archivística</i> (NUDA)	2016	Uruguai

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nesses INDA, foi analisada a existência ou a ausência de uma seção específica no texto dedicada à descrição de conteúdo, por meio da identificação

dos termos elencados no Quadro 4. Os termos foram estabelecidos a partir das vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação, conforme estabelecidas por Guimarães (2009), e a partir dos termos indicados pela literatura que possam representar os elementos da descrição de conteúdo nos INDA.

Quadro 4 - Lista de termos que podem representar descrição de conteúdo em INDA

TERMO EM INGLÊS	TERMO EM ESPANHOL	TERMO EM PORTUGUÊS
Subject cataloguing	Catalogación tematica	Catologação de assunto
Indexing	Indización	Indexação
Subject analysis	Análisis documental	Análise documental
Access points	Puntos de acceso	Pontos de acesso
Subject	Tema	Assunto
Thematic representation	representación temática	Representação temática
Subject representation	Representación sujeto	Representação de assunto
Content Description	Descripción del contenido	Descrição de conteúdo

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após identificar se a descrição de conteúdo está contemplada no INDA por meio dos termos estabelecidos, foram identificadas as características das vertentes teóricas com o objetivo de verificar, em sua estrutura e conteúdo, os elementos das vertentes teóricas do TTI, sendo elas: catalogação de assuntos, indexação e análise documental (GUIMARÃES, 2009). Foi possível identificar as correntes teóricas por meio de seus respectivos objetos e foco.

Cada vertente teórica do TTI corresponde a um foco diferente que, conseqüentemente, está expresso em itens distintos que seriam os objetos no TTI, conforme exposto no Quadro 6, na próxima seção. Ao correlacionar os fundamentos dessa área à descrição de conteúdo em Arquivologia, nos apoiamos nesses elementos para sistematizar nossa análise. Vale ressaltar, de acordo com o Guimarães (2009), que as vertentes teóricas não são excludentes, mas complementares, em virtude de seus distintos objetos.

Nesta pesquisa, o termo descrição de conteúdo irá se referir a todas as formas de representação de assunto em documento arquivístico que estejam contempladas nos INDA, considerando suas variações terminológicas.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Atendendo aos objetivos específicos da pesquisa, são apresentadas nesta seção a identificação de INDA de diferentes países, a caracterização das vertentes teóricas do TTI e a identificação das características de vertentes teóricas do TTI (GUIMARÃES, 2009) em INDA.

Como resultado do objetivo 1 deste estudo, no Quadro 5 são identificados os INDA de diferentes países, assim como o internacional.

Quadro 5 - Instrumentos normativos de descrição arquivística

INSTRUMENTO NORMATIVO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	PAÍS	ANO
1. Handlciding vocr het ordenen en beschreijven van Archieven	Holanda	1898
2. Manual of Archival Description (MAD)	Reino Unido	1986
3. Rules for Archival Description (RAD)	Canadá	1990
4. General International Standard Archival Description (ISADG)	Internacional	1994
5. Manual de Descripción Multinivel (MDM)	Castela e Leão, Espanha	2000
6. Describing Archives: a Content Standart (DACs)	EUA	2004
7. Norma Española de Descripción Archivística (NEDA).	Espanha	2005
8. Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)	Brasil	2006
9. Norma Gallega de Descripción Arquivística (NOGADA)	Galícia, Espanha	2006
10. Norma de Descripción Arxivística de Catalunya (NODAC)	Cataluña, Espanha	2007
11. Aplicación de la Norma Internacional de Descripción ISADG	Costa Rica	2010
12. Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)	Portugal	2011
13. Norma Uruguay de Descripción Archivística (NUDA)	Uruguai	2012

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Além dos países elencados no Quadro 5, há outros que fazem o uso da ISAD(G) na descrição arquivística e, portanto, não desenvolveram seu próprio instrumento normativo de descrição arquivística. Dessa forma, os INDA específicos têm se desenvolvido de acordo com as necessidades de cada país em padronizar o procedimento de descrição a fim de adequar os elementos de descrição em seu sistema de arquivos.

Para atingir o objetivo 2 da pesquisa, que é caracterizar as vertentes teóricas do TTI, foi possível, por meio de levantamento bibliográfico, perceber-se as características de cada uma das vertentes teóricas: a catalogação de assuntos, preocupada no desenvolvimento de produtos; a indexação, preocupada

com os instrumentos para descrição de conteúdo; e a análise documental, centrada no entendimento e sistematização do processo de representação do conteúdo. O Quadro 6 destaca as informações das respectivas vertentes teóricas do TTI.

Quadro 6 - Vertentes teóricas de TTI e suas características

VERTENTES TEÓRICAS	FOCO	OBJETO
Catologação de assuntos	Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Índices • Resumos
Indexação	Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> • Classificações • Listas de Cabeçalhos de Assunto • Tesouro • Terminologias • Ontologia
Análise documental	Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise • Condensação • Representação

Fonte: Guimarães (2008).

A identificação dessas vertentes teóricas do TTI nos INDA, que corresponde ao objetivo 3 desta pesquisa, foi realizada por meio da análise de estrutura e conteúdo dos oito INDA que fazem parte do corpus desta pesquisa. Os resultados são apresentados a seguir.

5.1 Manual of Archival Description (MAD)

Com sua terceira edição publicada em 2000, a MAD foi a única norma consultada no acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, por não estar acessível de maneira gratuita. Quanto à descrição de conteúdo, em sua primeira parte, a MAD apresenta uma seção do texto dedicada aos pontos de acesso e outra dedicada à indexação. A seção que trata de pontos de acesso ressalta a importância desses no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa. Afirma, ainda, que a concepção de pontos de acesso utilizada na aplicação da AACR2 é diferente da utilizada em um instrumento de pesquisa arquivístico, porém não justifica a afirmação. A seção que trata de indexação enfatiza a

importância dos índices como parte de um sistema integrado de instrumentos de pesquisa.

O MAD apresenta características da vertente norte-americana, a catalogação de assuntos, quando cita a necessidade do usuário ter acesso ao índice enquanto instrumento de pesquisa, ou seja, o produto da representação a partir da descrição de conteúdo. Apresenta, também, características da vertente de matriz inglesa, a indexação, quando trata que essa deve ser embasada em um vocabulário controlado, tesouro e/ou esquema de classificação, considerados instrumentos do TTI.

5.2 Rules for Archival Description (RAD)

O *Canadian Council of Archives* possui o *Canadian Committee on Archival Description* que, por sua vez, tem a responsabilidade de desenvolver as instruções para a descrição arquivística no Canadá. No website do *Canadian Council of Archives*, está disponibilizada a versão atualizada da *Rules for Archival Description*, acessível por meio de arquivos em PDF que podem ser baixados diretamente do website por capítulos ou documento completo.

Em relação à descrição de conteúdo, a norma faz referência à *Subject indexing for archives: the report of the Subject Indexing Working Group*, publicada pela Associação de Arquivistas Canadenses em 1992, que determina os itens de descrição de conteúdo relacionados a resumo, indexação e catalogação por assunto de documentos.

Dessa forma, a RAD não apresenta itens sobre o TTI, uma vez que referencia outro documento específico para tratar de descrição de conteúdo.

5.3 International Standard Archival Description General (ISAD G)

Em 1992, a ISAD (G) é apresentada pelo Conselho Internacional de Arquivos em sua primeira edição, composta por grandes áreas de descrição.

Quanto à descrição de conteúdo, na área de “Conteúdo e Estrutura”, é contemplada a descrição de âmbito, compreendida como períodos de tempo e localização geográfica; e o conteúdo, compreendido como forma de documentos, processos administrativos e assuntos, de acordo com o seu nível de

descrição. No entanto, trata do assunto de maneira superficial e em uma perspectiva diferente da abordagem que se propõe esta pesquisa, pois não aborda elementos suficientes para que possa ser realizada a análise proposta.

Dessa forma, a ISAD (G) não apresenta itens sobre o TTI e não faz referência a um documento externo para tratar da temática de maneira mais aprofundada.

5.4 Describing Archives: a Content Standard (DACS)

Com sua primeira edição lançada em 2004, a DACS teve sua revisão atualizada e publicada em 2013, uma das publicações mais recentes entre os instrumentos normativos de descrição arquivística. A norma apresenta uma seção da sua apresentação intitulada “*Acess Points*”, em que trata da descrição de conteúdo e assume que, de maneira geral, a descrição arquivística é narrativa em bancos de dados que fornecem pesquisa de texto completo. Entretanto, também identifica termos, códigos e conceitos para os quais são gerados índices especializados que permitem a pesquisa. A norma, ainda, equipara o “*Acess Points*” a “*Indexing*”, realçando a importância de arquivistas disponibilizarem instrumentos de pesquisa de diferentes formatos ao usuário final, por meio de recursos on-line.

De acordo com a DACS, os “*Acess Points*” estão divididos em seis categorias: nomes, locais, assuntos, formato de documentos, ocupações e funções. Na categoria “assunto” estão apontadas as áreas de descrição da DACS, em que o arquivista encontra termos que podem ser utilizados como pontos de acesso nessa categoria. Na descrição desta categoria, é lembrada a importância de estabelecer terminologia padronizada por meio de tesouros de assuntos gerais e especializados que são citados na própria norma na seção de apêndices.

O DACS apresenta características da vertente norte-americana, a catalogação de assuntos, quando cita a necessidade de tornar disponível ao usuário final um instrumento de pesquisa, ou seja, um produto a partir da descrição de conteúdo. Apresenta, também, características da vertente de matriz inglesa, a indexação, quando trata da importância de se estabelecer uma terminologia padronizada por meio de tesouros.

5.5 Norma Española de Descripción Archivística (NEDA)

A norma espanhola foi publicada em 2006, em sua primeira e única versão, e não dispõe de prefácios, apresentações e sumário. A NEDA não apresenta itens sobre o TTI e não faz referência a documento externo para tratar das questões de assunto.

5.6 Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)

A NOBRADE tem sua primeira e única edição publicada em 2006 e possui a Área de pontos de acesso e indexação de assuntos que tem o objetivo de registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado.

Dessa forma, percebem-se algumas características que identificam as correntes teóricas do Tratamento Temático da Informação na NOBRADE: análise documental, catalogação de assunto e indexação.

A NOBRADE apresenta características da vertente francesa – análise documental – ao apresentar instruções para o processo de representação, com foco em como fazer indexação de assuntos e pontos de acesso dos documentos, esta seção da norma é denominada ‘Procedimentos’. Ela tem características da vertente norte-americana – a catalogação de assuntos – quando cita a necessidade de se desenvolver um índice, ou seja, um produto a partir da descrição de conteúdo na intenção de facilitar a recuperação da informação.

Além disso, apresenta, também, características da vertente de matriz inglesa, a indexação, quando trata de entradas autorizadas e controle de vocabulário, refletindo nos interesses de criação de instrumentos de descrição de conteúdo defendido por essa vertente. Pode-se perceber que a NOBRADE cita, também, as metodologias de indexação quando trata das linguagens utilizadas para representar os assuntos.

5.7 Orientações para a descrição arquivística (ODA)

Em sua terceira edição, a ODA foi publicada em 2011, em Portugal e é estruturada em três partes: (1) Orientações para a descrição da documentação de

arquivo; (2) Orientações para a descrição de autoridades arquivísticas; (3) Orientações para a escolha e construção de pontos de acesso normalizados.

A área que trata de Escolha e Construção de Pontos de Acesso Normalizados tem como objetivo controlar e instruir a escolha de pontos de acesso. Nesta seção do texto, a ODA preocupa-se em conceituar pontos de acesso como um termo que seria utilizado para identificar descrições arquivísticas que se classificam em duas tipologias: nominais, referentes às pessoas coletivas, pessoas singulares, famílias ou entidades geográficas; e não nominais, referentes a assuntos, eventos, títulos, cargos. A norma ainda se encarrega de definir ‘assunto’ no âmbito de sua atuação, compreendendo-o como a síntese do ato ou ação que se encontra na base do documento.

Dessa forma, percebem-se algumas características que identificam as correntes teóricas do tratamento temático da informação na ODA: análise documental e indexação. Apresenta características da vertente francesa, análise documental, quando em sua estrutura, a norma apresenta uma seção destinada a Pontos de Acesso que compreende, também, a representação de assunto, voltada a instruir como fazer essa descrição no âmbito de pessoas coletivas, pessoas singulares, famílias e entidades geográficas, ou seja, voltada aos processos de representação. Observam-se características da vertente inglesa – a indexação – quando menciona ter como um de seus objetivos o controle dos termos usados como pontos de acesso, considerados, também, como assunto. Esse controle terminológico enquadra-se com o uso de instrumentos de padronização sugerido pela vertente da indexação dentro do TTI.

5.8 Norma Uruguaya de Descripción Archivística (NUDA)

Em sua primeira edição, publicada em 2016, é o INDA mais jovem desta pesquisa. A NUDA não apresenta em sua estrutura itens sobre o TTI e não faz referência a algum documento externo para tratar da temática.

5.9 Considerações a partir das análises realizadas

Tendo em vista o apresentado nos INDA, é possível perceber que não são todos que apresentam orientações sobre a descrição de conteúdo. Dentre oito INDA,

cinco contêm elementos de descrição de conteúdo: MAD, DACS, NOBRADE, ISAD (G), NEDA; e três não contêm em sua estrutura esclarecimentos sobre a descrição de conteúdo para as finalidades desta pesquisa: RAD, NEDA e NUDA, conforme ilustra o Quadro 7.

Quadro 7 - INDA e descrição de conteúdo

CARACTERÍSTICAS	INDAS
Não possui elementos de descrição de conteúdo	RAD – Canadá NEDA – Espanha NUDA – Uruguai
Possui elementos de descrição de conteúdo	MAD – Reino Unido DACS – EUA NOBRADE – Brasil ISAD G – Internacional ODA – Portugal

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Sendo assim, foram analisadas as características das vertentes teóricas do TTI (análise documental, catalogação de assuntos, indexação), identificando as características de cada uma das vertentes (respectivamente, processos, produtos e instrumentos) de quatro INDA (conforme quadro 8) que apresentam em sua estrutura esclarecimentos sobre a descrição de conteúdo: MAD, DACS, NOBRADE, ODA. Embora apresente a descrição de conteúdo em sua estrutura, a ISAD(G) não aborda elementos suficientes relacionados à temática para que possa ser realizada a análise proposta por esta pesquisa.

Quadro 8 - INDA e características das vertentes teóricas de TTI

INDAS	PRODUTOS (Catalogação de assuntos)	INSTRUMENTOS (Indexação)	PROCESSOS (Análise documental)
MAD – Reino Unido	✓	✓	
DACS – EUA	✓	✓	
NOBRADE – Brasil	✓	✓	✓
ODA – Portugal		✓	✓

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dentre os quatro INDA que apresentam informações sobre a descrição de conteúdo, analisados por meio das características de vertentes TTI, dois

apresentam elementos relacionados ao processo de como fazer a descrição de conteúdo, característica da vertente francesa de Análise Documental; três apresentam elementos relacionados aos produtos originários deste processo, características da vertente norte-americana Catalogação de Assuntos; e quatro apresentam elementos relacionados aos instrumentos que auxiliam no processo e desenvolvimento dos produtos, características da vertente inglesa Indexação.

É possível perceber, entre os quatro INDA que compõem essa análise, que apenas a NOBRADE compreende todos os elementos propostos pelas vertentes teóricas do TTI, evidenciando que as características da descrição de conteúdo, enquanto processo, produto e instrumento (GUIMARÃES, 2009), ainda não é difundida em sua totalidade nos INDA pesquisados.

Percebe-se que, em sua maioria, os INDA apresentam características de descrição de conteúdo relacionadas a instrumentos e produtos, ou seja, abrangem o uso e a importância de listas de classificação e linguagem controlada assim como índices para que seja possível acessar os documentos. Entretanto, é necessário que estes instrumentos normativos comportem informações sobre a descrição de conteúdo enquanto processo e que instruem como descrever o conteúdo de um documento por meio de termos de indexação.

Alguns dos instrumentos normativos de descrição arquivística não tratam da descrição de conteúdo em sua estrutura, porém, indicam uma norma ou orientação externa para aspectos relacionados ao assunto. Da mesma maneira, há países que fazem o uso da ISAD (G) e têm um manual de indexação de documentos. Para a finalidade desta pesquisa, nenhum material externo ao instrumento de descrição arquivística de documentos foi considerado.

A partir disso podemos perceber que as vertentes teóricas mais tradicionais do TTI, a catalogação de assunto e a indexação estão mais frequentes entre as normas pesquisadas. A vertente da Análise Documental, que se desenvolveu mais recentemente, apresenta-se menos frequente em INDA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução de áreas convergentes de pesquisa necessita ir além do discurso da interdisciplinaridade entre Arquivologia, Ciência da Informação e demais áreas

correlatas. Sendo assim, essa foi a intenção da pesquisa: poder contribuir para esse arcabouço interdisciplinar que se estende entre as diferentes áreas, respeitando suas singularidades e características ímpares.

É possível fazer algumas considerações com base no referencial teórico utilizado, em que se percebem traços comuns entre a descrição de conteúdo e a descrição arquivística, visto que apresentam o mesmo objetivo e compactuam com a compreensão de que a descrição é feita durante todo o ciclo informacional e/ou documental. Em nosso entendimento, podemos afirmar que a descrição arquivística pode sim ser compreendida como representação da informação.

Assume-se que a complementaridade das vertentes teóricas de TTI seria o modelo adequado de características a serem contempladas em INDA, para que ofereçam subsídio necessário para o desenvolvimento de processos, instrumentos e produtos da descrição de conteúdo.

Cumprindo com o proposto nos objetivos específicos, no desenvolvimento da pesquisa, foi possível descrever oito diferentes INDA quanto à sua estrutura, assim como a caracterização das vertentes teóricas do TTI que foram substanciais ao desenvolvimento desta análise.

Respondendo ao objetivo geral dessa pesquisa, foi analisada a descrição de conteúdo em INDA de diferentes países, com base nas vertentes teóricas do TTI, tendo como resultado a identificação de características comuns entre si.

Considerando que realizamos uma busca exaustiva de INDA em diversos países, podemos observar que o número de países que possui seu próprio INDA é ainda pequeno. Muitos países adotam a ISAD (G) ou omitem aspectos da descrição arquivística de documentos. Isso é preocupante, visto que a atividade de descrição arquivística pode estar em desenvolvimento sem orientações que atendam às características específicas de determinada região ou país, para que possibilite o adequado acesso à informação.

Nessa perspectiva é interessante ressaltar que alguns dos países que apresentam seu INDA específico são, também, os que originaram as correntes do pensamento arquivístico. Nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, se originava a vertente de Catalogação de assuntos da TTI (GUIMARÃES,

2009. p.106), enquanto na metade do século XX, se desenvolvia a corrente arquivística de *Records Management*, tendo como características em comum a preocupação com a agilidade em procedimentos administrativos expressos por meio da praticidade na recuperação da informação por meio de índices e resumos e pela efetivação da gestão de documentos.

Considerando a compreensão e a caracterização das vertentes do TTI (GUIMARÃES, 2009) e da Descrição Arquivística, fica claro que os estudos e a prática da descrição arquivística abrangem a representação da informação, tanto em sua dimensão descritiva quanto em sua dimensão temática.

Quanto aos resultados que respondem à pergunta inicial da presente pesquisa, verifica-se que de oito INDA, apenas a metade cita descrição de conteúdo em sua estrutura. Destaca-se que a norma brasileira NOBRADE foi a única que apresenta elementos das três vertentes analisadas. A ausência de orientações específicas sobre a determinação de assunto pode comprometer a qualidade da descrição de conteúdo e, conseqüentemente, o acesso à informação, um dos objetivos da descrição arquivística. Compreendemos a necessidade de que os aspectos da dimensão descritiva e da dimensão temática estejam cada vez mais integrados em INDA, na intenção de possibilitar maiores chances de busca no processo de recuperação da informação.

As análises realizadas nos INDA nos possibilitaram perceber o quanto ainda temos para desenvolver e avançar nos estudos que tangem a própria natureza da Ciência Arquivística em aspectos relacionados à descrição. Assim, percebe-se que o TTI é um estudo relativamente novo no campo arquivístico, mas que tem importância para que o processo de recuperação da informação seja realizado com êxito, a fim de responder às demandas do usuário.

Os diferentes e inovadores meios de acessar informações de descrição de documentos, possibilitados por meio dos avanços da tecnologia da informação, necessitam de requisitos específicos que possibilitem o seu uso. Cabe ao profissional da informação – o arquivista – estar munido das devidas instruções para este tipo de atividade.

Sendo assim, destaca-se a importância da padronização da descrição arquivística, na intenção de facilitar o intercâmbio de informações, a nível internacional, em projetos de cooperação arquivística e na democratização do acesso à informação.

Por fim, acreditamos que as aproximações teórico-conceituais são possíveis e positivas na interlocução entre as áreas do conhecimento, caracterizando mais uma vez a interdisciplinaridade de que tentamos cada vez mais nos aproximar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco Lopes de; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre Ciência da Informação e Arquivologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BARITÉ, Mario. Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica. Porto Alegre: ABEED, 1998. Relatório técnico do II Encontro de Dirigentes dos cursos superiores de Biblioteconomia dos países do Mercosul, Buenos Aires, nov. 1997.

BARITÉ, Mario. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester (Org.). **Educación, universidade e pesquisa**. Marília: Editora UNESP, 2001. p. 35-50.

BATLEY, Sue. **Classification in theory and practice**. Oxford: Chandos, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANCIB, 2008. p. 1-14.

CHAUMIER, Jacques. **Analyse et langages documentaires: Le traitement linguistique de l'information documentaire**. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1982.

- COATES, Eric James. **Subject catalogues: headings and structure**. London: The Library Association, 1988.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma Internacional de Descrição Arquivística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações técnicas, n. 49).
- COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Ottawa, n.43, 1997.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 20, n. 4, p.211-222, 1993.
- DAHLBERG, I. Current trends in knowledge organization. In: GARCIA, Marco F. J. (Org.). *Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995. P. 7-25.
- DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007.
- DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists**, Ottawa, n. 35, p. 47-54, 1993.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. **A Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. In: GARCIA MARCO, F. J. (Org.). **Avances y perspectivas em sistemas de información y documentación y entorno digital**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009. p. 105-117.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. In: ANDERSEN, Jack; SKOUVIG, Laura. *The Organization of Knowledge: Caught between Global Structures and Local Meaning*. 12. ed. Copenhagen: Emerald Insight, 2017. Cap. 6. p. 87-102.
- GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.
- HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27 n. 3, 1998.

HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística general**. Teoria y practica. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Projeto e relatório de pesquisa. In: LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento: In: ALVARES, Lilian (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012, p.21-48.

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial 2009. 416 p.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Fernanda. **Indexação e controle de autoridade em arquivos**. Porto: Camara Municipal, 1996.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2003. Cap. 8.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1980.

STAPLETON, Richard. Jenkinson and Schellenberg: a comparison. **Archivaria**, Ottawa, n. 17, p. 75-85, 1983.

Information subject treatment in archival description instrument

Abstract: The study analyzes the Archival Description Instrument developed in different countries, in order to verify the description of content in these documents. It talks about the theoretical aspects of the Information Subject Treatment: subject cataloging, indexing and subject analysis, as well as their respective objects: products, instruments and processes. It presents theoretical currents of archival thinking: traditional, records management and integrated, as well as, it discusses the history of archival description and the development of manuals, norms and guidelines that were created in order to standardize the process of archival description. It carries out surveys of Archival Description Instrument in different countries, having been collected and characterized 12 that present themselves in Portuguese, Spanish and English. Among these, eight Archival Description Instrument were selected, which contemplate the description of content in its structure, thus, enabling the analysis of the existence or not of characteristics of the theoretical aspects of the Information Subject Treatment and the identification of the aspects indicated in the literature of the Information Subject Treatment area: processes, products and instruments. It concludes that archival documents have specific characteristics, which need to be analyzed in a different way from the bibliographical ones; however, it is possible to establish a dialogue between Information Subject Treatment and Archivology areas, in order to improve the access to information. It contributes to the transposition of these concepts and theories, originating from Information Science to the context of the archival document, and to the discussions about the theoretical and practical development of Information Subject Treatment in Archivology.

Keywords: Archival description. Information subject treatment. Archival description instrument. Archivology.

Recebido: 30/11/2017

Aceito: 28/03/2018

¹ As vertentes teóricas consideradas são catalogação de assunto, indexação e análise documental, conforme identificadas por Guimarães (2009).